



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Chamamento Público nº 06/2026

Processo nº 30/2026

Inexigibilidade nº 25/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICA E/OU JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO DE ATENDIMENTOS NA ESTRATÉGICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO BELO EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), COM REGIME DE 40 (QUARENTA) E 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS, NOS TERMOS DO DECRETO Nº 3.188 DE 14 DE JANEIRO DE 2016

Empresa Impugnante: PONTUAL MED GESTÃO ESPECIALIZADA LTDA

O **MUNICÍPIO DE CAMPO BELO/MG**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, que ao final subscreve, vem em razão da **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** interposta pela empresa **PONTUAL MED GESTÃO ESPECIALIZADA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 55.820.671/0001-90, com sede na Av. São Paulo, nº 838, Ap. 1001, Centro, Londrina/PR, apresentar as suas razões para, ao final, decidir como segue:

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de análise de Impugnação apresentada pela empresa **PONTUAL MED GESTÃO ESPECIALIZADA LTDA**, em face do Edital de Chamamento Público nº 06/2026. Em sua peça impugnatória, a empresa questiona 4 (quatro) disposições específicas do instrumento convocatório, alegando, em síntese, suposta restrição indevida à competitividade, bem como afronta aos princípios da isonomia, razoabilidade e ampla competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Em síntese, a Impugnante insurge-se contra:

- I – a exigência de comprovação de inclusão do estabelecimento no arquivo “TERCEIRO BRASIL” do sistema CNES;
- II – a exigência de cadastro prévio no CNES com atendimento SUS ativo e contrato/convênio formalizado;
- III – a exigência de apresentação de 3 (três) atestados de capacidade técnica;
- IV – o critério de distribuição da demanda estabelecido por ordem cronológica de credenciamento.

Ao final, requer o acolhimento da impugnação, com a consequente retificação do edital e reabertura dos prazos do certame.



É o relatório.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

II - DA ADMISSIBILIDADE

À análise inicial, cumpre a verificação dos requisitos formais para apresentação da presente Impugnação, a qual foi protocolizada dentro do prazo legal.

No que se refere à tempestividade e à forma, verifica-se que a impugnação atende às exigências legais e editalícias.

II - DO JULGAMENTO

Inicialmente, cumpre destacar que o presente Chamamento Público foi elaborado em observância aos princípios que regem as contratações públicas, com destaque para os princípios da legalidade, isonomia, motivação, eficiência, razoabilidade e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

No âmbito dos procedimentos auxiliares de credenciamento, a Administração Pública deve estruturar o instrumento convocatório de modo a assegurar, simultaneamente, a ampliação da rede de prestadores aptos ao atendimento da demanda pública e a observância das condições mínimas necessárias à adequada execução dos serviços de saúde pretendidos, em consonância com as necessidades assistenciais do Município.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece que os requisitos de habilitação e as exigências editalícias devem guardar pertinência e proporcionalidade com o objeto contratado, sendo vedadas cláusulas que restrinjam indevidamente a competitividade ou inviabilizem a participação de interessados aptos à execução do objeto. Por outro lado, compete à Administração definir, de forma motivada, as condições técnicas e operacionais consideradas necessárias à adequada prestação dos serviços.

No exercício do poder-dever de autotutela administrativa, consagrado na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, compete à Administração Pública promover a revisão e o aperfeiçoamento contínuo de seus instrumentos convocatórios, sempre que identificada a possibilidade de ampliação da competitividade sem prejuízo à adequada execução do objeto.

Nesse contexto, passa-se à análise específica dos apontamentos formulados pela Impugnante.

1. Da exigência de comprovação de inclusão no arquivo “TERCEIRO BRASIL”



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A Impugnante questiona a exigência prevista no item 2.16, alínea “c”, do capítulo “II – Dos Requisitos de Habilitação e Qualificação Técnica” do Edital, referente à comprovação de inclusão do estabelecimento no arquivo denominado “TERCEIRO BRASIL”, vinculado ao sistema CNES, sustentando tratar-se de requisito potencialmente restritivo à participação de interessados.

Quanto ao ponto, verifica-se que a exigência foi originalmente inserida pela Administração com finalidade eminentemente cautelar e operacional, buscando assegurar maior segurança na futura integração dos prestadores aos fluxos administrativos do Sistema Único de Saúde — SUS e aos mecanismos de processamento de produção ambulatorial.

Todavia, em reanálise do instrumento convocatório, constatou-se que a manutenção da referida exigência como condição prévia de habilitação pode, de fato, representar limitação excessiva à participação de novos prestadores, especialmente porque se trata de condição acessória, dependente de rotinas administrativas posteriores e não diretamente relacionada à capacidade técnica de execução dos serviços médicos pretendidos.

Além disso, verificou-se que a exigência pode ser adequadamente tratada em momento posterior à formalização do credenciamento, sem prejuízo à Administração Pública, à fiscalização contratual ou à operacionalização dos serviços.

Dessa forma, em observância aos princípios da razoabilidade, competitividade e ampla participação, o apontamento **merece acolhimento**, com a consequente exclusão da exigência do instrumento convocatório.

2. Da exigência de CNES ativo com vínculo SUS prévio

Insurge-se ainda a Impugnante contra a exigência prevista no item 2.16 do capítulo “II – Dos Requisitos de Habilitação e Qualificação Técnica” do Edital, relativa à manutenção de cadastro ativo no CNES com vínculo SUS previamente formalizado, alegando que tal condição restringe a participação de novos prestadores e favorece empresas já inseridas na rede pública.

No ponto, verifica-se que a exigência também foi inicialmente estabelecida com intuito preventivo, visando conferir maior segurança administrativa quanto à aptidão operacional dos futuros credenciados e à compatibilidade dos serviços com os fluxos assistenciais do Sistema Único de Saúde.

Entretanto, após reavaliação técnica e jurídica da cláusula editalícia, concluiu-se que a exigência de vínculo SUS previamente ativo não se mostra indispensável à fase de habilitação do credenciamento, sobretudo porque os serviços serão executados nas



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

dependências físicas das Unidades Básicas de Saúde do Município, vinculadas à Estratégia de Saúde da Família – ESF.

Nessa hipótese, a operacionalização cadastral, a vinculação da produção ambulatorial e os procedimentos relacionados ao faturamento perante o SUS constituem atribuições administrativas do próprio ente público, não sendo razoável exigir do particular condição prévia que depende, em grande medida, da própria futura relação contratual a ser estabelecida com a Administração.

Assim, considerando a possibilidade de ampliação da competitividade sem comprometimento da execução contratual, o **apontamento também merece acolhimento**, com a adequação do edital para afastar a exigência de vínculo SUS prévio como condição de participação no credenciamento.

3. Da exigência de três atestados de capacidade técnica

A Impugnante questiona a exigência de apresentação de 3 (três) atestados de capacidade técnica, prevista no item 2.15 do Edital, inserido no capítulo “II – Dos Requisitos de Habilitação e Qualificação Técnica”.

Registre-se que a previsão editalícia foi originalmente concebida como mecanismo de resguardo administrativo, buscando assegurar que os futuros credenciados demonstrassem experiência compatível com a execução dos serviços objeto do credenciamento.

Todavia, em reavaliação específica da cláusula, à luz dos princípios da proporcionalidade e da ampliação da competitividade, verificou-se que a fixação de quantitativo mínimo de 3 (três) atestados pode acabar limitando a participação de interessados aptos à execução do objeto, especialmente considerando a natureza dos serviços objeto do credenciamento, voltados à atenção básica em saúde.

Nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, as exigências de qualificação técnica devem restringir-se ao necessário para demonstração da capacidade de execução do objeto, vedadas imposições excessivas ou desarrazoadas.

Nesse contexto, entende-se que a apresentação mínima de 1 (um) atestado de capacidade técnica compatível com os serviços pretendidos, associada à regular inscrição profissional perante o respectivo conselho de classe, mostra-se suficiente para comprovação da aptidão técnica necessária ao credenciamento, sem impedir que os interessados apresentem documentação complementar, caso possuam experiência adicional a demonstrar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Dessa forma, considerando a possibilidade de ampliação da competitividade sem prejuízo à segurança da contratação ou à adequada prestação dos serviços públicos de saúde, o apontamento **merece acolhimento parcial**, com a consequente adequação do item 2.15 do Edital.

4. Do critério de distribuição da demanda por ordem cronológica

Por fim, a Impugnante insurge-se contra o critério de distribuição da demanda previsto no item 3.1 do Edital, constante do capítulo “III – Caso haja mais de um credenciado”, sustentando que a adoção da ordem cronológica de credenciamento comprometeria a isonomia entre os participantes.

Observa-se, contudo, que o critério inicialmente adotado pela Administração buscou conferir objetividade operacional e simplificação administrativa à gestão dos encaminhamentos decorrentes do credenciamento.

Entretanto, em reavaliação do modelo previsto no instrumento convocatório, verificou-se que a adoção exclusiva da ordem cronológica de credenciamento pode ocasionar concentração desproporcional da demanda em favor dos primeiros credenciados, especialmente em procedimentos de vigência continuada, reduzindo a efetiva paridade entre os participantes ao longo da execução contratual.

A própria Lei nº 14.133/2021, em seu art. 79, parágrafo único, inciso II, estabelece que, nos procedimentos auxiliares de credenciamento, a Administração deverá adotar critérios objetivos e isonômicos de distribuição da demanda entre os credenciados.

Nesse contexto, considerando os princípios da isonomia, impessoalidade, razoabilidade e ampla competitividade, concluiu-se pela necessidade de **aperfeiçoamento da cláusula editalícia**, em substituição ao critério puramente cronológico anteriormente previsto.

Assim, o apontamento **merece acolhimento**, com a consequente retificação do item 3.1 do Edital.

III – DA DECISÃO

Isto posto, pelas razões acima expostas, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e observância dos princípios licitatórios, bem como no exercício do poder-dever de autotutela administrativa, o Secretário Municipal de Saúde conhece da presente impugnação para, no mérito, **JULGÁ-LA PARCIALMENTE PROCEDENTE**, determinando a retificação do Edital de Chamamento Público nº 06/2026 nos pontos pertinentes aos itens impugnados,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

permanecendo inalteradas as demais disposições editalícias não alcançadas pela presente decisão.

É como decido.

Campo Belo/MG, 20 de maio de 2026.

DARCY EDUARDO MAIA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE